



ACÓRDÃO Nº720/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11809/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza – FPS.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Kathelen de Oliveira Bráz dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2760/2021-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Promoção Social - FPS. Exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza – FPS, referente ao exercício financeiro de 2020, sob responsabilidade da **Sra. Kathelen de Oliveira Bráz dos Santos**, nos termos dos art. 22, II, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa à Sra. Kathelen de Oliveira Bráz dos Santos, no valor de **R\$4.000,00** (quatro mil reais), com fulcro no art. 308, II, alínea “a”, do Regimento Interno desta Corte de Contas (Resolução n. 04/2002-TCE/AM), por descumprimento injustificado à decisão deste Tribunal, conforme relatado no item 01 do Relatório/Voto.

Que seja fixado **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item 01, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo



ACÓRDÃO Nº720/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à origem que atente aos alertas sinalizados por esta Corte de Contas, sobretudo no que concerne à necessidade de aperfeiçoamento do planejamento eficiente da gestão, discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa e demais sanções cabíveis.

10.4. Dar ciência à Sra. Kathelen de Oliveira Bráz dos Santos sobre o deslinde deste feito.

11- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Julho de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral